



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

SEXTA-FEIRA, 19 :: dezembro :: 2014

Governo apresenta o Plano Estadual de Resíduos Sólidos

O Governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), apresentou e validou ontem, 18, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Sergipe, (PERS-SE). Sob o olhar de dezenas de representantes dos municípios sergipanos, autoridades públicas, e integrantes de diversas instituições do Estado, o secretário da Semarh, Genival Nunes, entregou dois volumes do PERS aos promotores do Ministério Público e da União. O evento ocorreu no auditório do Hotel Riverside.

Encarando a consolidação do PERS como um "troféu", por Plano Estadual de Resíduos Sólidos ser o 5º elaborado no Brasil, e o 1º no pódio entre Estados da Federação a elaborá-lo com recursos do Ministério do Meio Ambiente, o secretário Genival Nunes ressaltou que entrega do plano é a concretização da Lei de Resíduos do Brasil em Sergipe.

"A partir da criação dos quatro Consórcios Públicos Intermunicipais de Saneamento Básico de Sergipe, o PERS nos chega, hoje, efetivamente em mãos, e a sua concretização irá permitir que cada um dos gestores municipais faça valer a efetivação da política municipal de resíduos sólidos em suas cidades", contenta-se.

"O plano norteia ações. Estabelece diretrizes, e se consagra como uma agenda de compromisso para o Estado, de todas os 75 municípios. Diz como vai ser a implantação de aterros, os procedimentos para o encerramento dos lixões, as quais devem ser remediados, incentiva a formação de cooperativa de catadores, entre outras diretrizes que subsidiarão a implantação das ações nas cidades do Estado", destaca o secretário Genival Nunes.

Do Tribunal de Contas, a opinião do promotor Eduardo Cortes é que "PERS de Ser-

gipe vem cumprir uma exigência impetrada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e consequentemente a ser exercida pelo Estado. Vem solucionar a problemática que existe no Estado entorno dos lixões e incentivar os municípios a efetivar as ações de acordo com estabelecido pela gestão em consórcios públicos".

Também o promotor do Ministério Público Estadual, Gilton Feitosa, expressa que desde o primeiro momento em que o Estado iniciou o processo da gestão de resíduos que o MPE vem cumprindo o seu papel de fiscalizador dessas ações. Atribuiu ser um desafio dos municípios, pela responsabilidade da gestão diante da problemática, e que ainda durará ainda algum tempo. "O Estado avançou no cumprimento à Lei dos Resíduos Sólidos. Agora, com a entrega do PERS é efetivar o funcionamento dos consórcios públicos, encerrando os lixões", frisou.